

Consulta Pública Atualização do PRR

A Federação Académica do Porto (FAP) iniciou a sua participação nos processos de consulta pública sobre o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) ainda aquando da auscultação sobre a Visão Estratégica para o PRR, em 2020. Sucedeu-se a participação na consulta pública sobre o PRR em 2021 e, agora, sobre a sua atualização, que reflete um aumento da dotação do plano em cerca de 1,6 mil milhões de euros.

De acordo com o documento colocado em consulta pública, o sistema científico e de ensino superior irá beneficiar de um reforço na ordem dos 165 milhões de euros, através das Componentes 2, 6 e 19 do PRR. Neste sentido, os investimentos elegíveis enquadram-se nas áreas da habitação; qualificações e competências; e transição digital na administração pública.

A FAP considera que o Ensino Superior e a Ciência têm vindo a desempenhar um papel central no progresso social e, se mobilizado o investimento necessário, podem contribuir de forma determinante para o desenvolvimento económico do país. Com base nesta premissa, a FAP saúda a disponibilização de mais verbas para o setor e enaltece a importância dos investimentos a realizar no âmbito do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES), bem como a aposta nas qualificações e na transição digital, progresso tecnológico e intensificação da transferência de conhecimento para a sociedade e para as empresas.

Neste sentido, vimos apresentar um conjunto de considerações acerca das componentes nas quais se enquadram os investimentos em processo de consulta pública:

Componente 02, Habitação

O PNAES irá beneficiar de um reforço de 72 milhões de euros, montante que apenas permitirá a concretização dos compromissos já assumidos, dado que a verba inicial, na ordem dos 375 milhões, não se revelou suficiente para dar resposta aos custos inerentes aos projetos já aprovados. Deste modo, prevê-se que todas as candidaturas aprovadas irão beneficiar do investimento necessário à sua concretização.

Porém, a FAP já tem vindo a alertar para a necessidade de revisão das condições definidas para acesso a financiamento, estabelecidas na Portaria nº29-A /2022. De acordo com este diploma, que visa exclusivamente as intervenções no âmbito do PNAES, as Associações e Federações Académicas e de Estudantes não são consideradas entidades elegíveis para a concretização de investimentos que poderiam resultar num aumento da capacidade de alojamento para estudantes do ensino superior. Não obstante, a FAP tem vindo a suportar a natureza das medidas previstas no PNAES, ainda que lamentavelmente a escassa execução e os sucessivos atrasos que se têm vindo a verificar.

Recentemente, no âmbito da consulta pública que decorreu no âmbito do programa “Mais Habitação”, a FAP alertou que a oferta pública, na ordem das 15 mil camas, mesmo que dobrada até 2026, não permitirá, ainda assim, dar resposta à procura potencial estimada. Segundo os critérios estimados pelo MCTES, haverá cerca de 75 mil estudantes deslocados e, de acordo com estimativas avançadas pela DGES, a procura potencial poderá alcançar os 175 mil estudantes em 2026.

Face ao exposto, a FAP propõe:

- A revisão do artigo 2.º da Portaria nº29-A /2022, por forma a enquadrar as Associações e Federações Académicas e de Estudantes entre as entidades promotoras de investimentos para alojamento a estudantes do ensino superior, podendo beneficiar do acesso aos financiamentos provenientes do PRR.
- A identificação do património público devoluto que, em função da sua utilização anterior, possa ser convertido em unidades de alojamento estudantil, geridas por IES, autarquias ou mesmo Associações ou Federações de estudantes (ex.: antigas unidades de saúde; escolas encerradas; quartéis militares encerrados, etc.).
- Estender aos processos de reabilitação, requalificação e construção de residências estudantis as medidas de simplificação de processos de licenciamento previstas no pacote “Mais Habitação”.
- Complementarmente, no campo da política fiscal, prever a isenção total de IVA e de IMT, até 2026, na construção e venda de edifícios enquadrados na tipologia de propriedade vertical, quando construídos com recurso a métodos inovadores, designadamente através de construção modular - módulos pré-fabricados em fábrica/estaleiro e, posteriormente, transportados para o local da construção, onde são montados para formar o edifício final. São vários os países onde este método de construção é frequentemente utilizado na construção de edifícios residenciais e comerciais, oferecendo várias vantagens em relação aos métodos convencionais, como maior celeridade e eficiência na construção, produção de menos resíduos e consumo de menos energia.

Componente o6 do PRR, Qualificações e Competências

O documento em consulta pública aponta para um reforço das verbas destinadas ao programa Impulso Digital, que visa a modernização tecnológica e digital da formação superior e a promoção da inovação e modernização pedagógica.

A inovação pedagógica tem sido um tema bastante presente na agenda pública da FAP. Com o avanço do desenvolvimento tecnológico e a evolução constante do mercado de trabalho, é importante que as Instituições de Ensino Superior estejam atualizadas e preparadas para formar profissionais capazes de enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.



O desenvolvimento de modelos pedagógicos inovadores, que incluam o uso de tecnologias digitais e metodologias de ensino mais dinâmicas, são essenciais para que os estudantes beneficiem de novas experiências de aprendizagem, mais adequadas aos seus interesses e que estimulem a criatividade, o pensamento crítico e a capacidade para resolução de problemas.

Porém, conforme temos defendido, a modernização tecnológica e digital no ensino superior não se limita à oferta de cursos online, promoção do ensino a distância, ou ao uso de ferramentas digitais durante as aulas presenciais. É necessário repensar o próprio modelo de ensino-aprendizagem, promovendo-se novas abordagens pedagógicas.

Deste modo, a FAP recomenda:

- O alargamento do programa Impulso Digital, essencialmente focado nas Ciências Agrárias e da Medicina, a outras áreas científicas e, sobretudo, tecnológicas. No caso da Medicina, alertamos que a aquisição de simuladores deve ser acompanhada de formação do corpo docente para uso correto destes equipamentos.
- O alargamento do programa “Impulso Jovem STEAM”, sobretudo destinado a infraestruturas, à introdução de práticas pedagógicas inovadoras.
- A criação de estímulos financeiros para o desenvolvimento profissional do corpo docente, fomentando a melhoria das competências pedagógicas e promovendo a utilização de ferramentas digitais, com vista à inovação contínua dos métodos e práticas pedagógicas em contexto letivo;
- Que a transformação digital no Ensino Superior preveja e incentive experiências de ensino misto, onde a componente presencial seja completada por módulos de aprendizagem à distância ou on-line e, neste sentido, utilizar novos modelos e regimes de ensino, também para a captação de novos públicos e na formação ao longo da vida.
- Enquadrar as Associações e Federações Académicas e de Estudantes entre as entidades promotoras de investimentos, podendo beneficiar do acesso ao financiamento Impulso Mais Digital provenientes do PRR e como tal, constituir-se enquanto agentes ativos na promoção de sucesso académico, bem-estar e inclusão digital da comunidade académica.

No que respeita ao investimento previsto para o programa Ciência Mais Capacitação, que visa o desenvolvimento do ecossistema de inovação das instituições e apoiar a investigação fundamental, a FAP enaltece a aposta no programa de atração e retenção de talentos, bem como a intenção de incentivar parcerias internacionais nas áreas digitais.

Aliás, aquando da consulta pública que ocorreu em 2021, a propósito da importância do investimento na ciência e, em particular, na investigação fundamental, a FAP já tinha defendido a necessidade de maior equilíbrio entre o investimento em investigação básica e os apoios concedidos a investigação aplicada, uma vez que a investigação fundamental poderá não produzir resultados a curto prazo, mas



a médio e longo prazo representará um importante polo de retenção e atração de capital humano e empresas, além de promover a expansão do conhecimento disponível.

Estas opções são estratégicas para que o país continue a procurar alcançar o objetivo de investir 3% do PIB em I&D. Mas, para que esta meta seja cumprida são necessários reforços significativos ao nível do investimento e, nesse âmbito, políticas que promovam a ligação entre o Ensino Superior, o sistema Científico e Tecnológico e o tecido empresarial português.

Para o efeito, no âmbito dos investimentos previstos no PRR, a FAP propõe:

- Maior articulação entre a política de I&D e as políticas económicas e políticas de emprego, visadas em diferentes componentes do PRR, por forma a se assegurar uma maior capacidade de absorção da investigação fundamental em curso nas fases de aplicação e comercialização;
- Assegurar a diversidade e as especificidades de cada instituição de Ensino Superior ou do sistema científico, mas reforçar o apoio a projetos de investigação colaborativa que reduzam a duplicação e replicação de investimentos e promovam a concentração de recursos, aumentando a massa crítica nas mais diversas áreas de investigação;
- Orientar os programas de apoio no âmbito da I&D para um conjunto de grandes desafios colocados à sociedade contemporânea, nomeadamente, as alterações climáticas, a eficiência energética, a robótica e a saúde pública, conforme foi contratualizado através da Componente 5 do PRR, na sua versão original. Mas, encontrando-se em aberta a possibilidade de revisão do documento, estender este conjunto de desafios a áreas como a saúde mental e nutrição humana, a aposta no mar e na economia azul e as respostas à crise migratória e à pressão demográfica;

Componente 19, Transição Digital na Administração Pública

Finalmente, no que respeita à transição digital, a FAP salienta a intenção do Governo em retirar o máximo de externalidades positivas dos investimentos a realizar no âmbito desta Componente do PRR, essencialmente focada na Administração Pública.

Como é evidente, a adoção de tecnologias digitais pode trazer diversos benefícios para a gestão pública, como maior eficiência, transparência, agilidade e qualidade nos serviços prestados aos cidadãos. O investimento em computação avançada e inteligência artificial (IA) na administração pública pode trazer diversos benefícios para a gestão pública e para a sociedade em geral.

A aplicação da IA na Administração Pública pode contribuir para a melhoria da eficiência dos serviços públicos, por meio da automação de processos e da análise de dados. A utilização de algoritmos pode permitir a identificação de padrões em grandes volumes de dados, facilitando a tomada de decisões e a antecipação ou prevenção de problemas.

De acordo com o documento colocado em discussão pública, pretende-se criar um campus de ciência e tecnologia, incluindo um Balcão de Ciência em conjunto com a reformulação da rede de



computação avançada e respetiva criação do Centro Nacional de Computação Avançada. Estes investimentos serão determinantes para o desenvolvimento e implementação de métodos avançados de Cibersegurança, IA e Ciência de Dados.

Para que o esforço financeiro a realizar pelo Estado possam ter um efeito positivo e reprodutivo na sociedade e no tecido empresarial e industrial, a FAP propõe:

- Assegurar políticas e medidas que compatibilizem o conjunto de investimentos planeados no âmbito do programa Ciência Mais Digital com a aposta nas Agendas Mobilizadoras e Agendas Verdes para a Inovação Empresarial, previstas na Componente C5 do PRR.
- Incentivos à criação de unidades de interface nas Instituições de Ensino Superior, por forma a promover a transferência de conhecimento entre as instituições e o setor empresarial, bem como a colaboração em projetos de investigação, inovação e desenvolvimento.
- A criação, complementarmente, de incentivos fiscais para empresas que invistam em tecnologias relacionadas e essenciais ao desenvolvimento da Indústria 4.0, designadamente robótica, IA, automação e Internet das Coisas (IoT).
- A alocação de financiamento a programas de capacitação para estudantes e trabalhadores no ativo, visando formar profissionais com as competências necessárias para a transição industrial (programação, análise de dados e robótica).
- O desenvolvimento de parcerias com empresas e outras instituições/entidades para incentivar a investigação e a aplicação de tecnologias, bem como para a implementação de projetos pilotos que possam impulsionar a transição digital e/ou industrial.

Porto, 21 de abril de 2023